

9. Análise da conjuntura política brasileira pré-anistia.

Entrevista concedida a João Pedro Stedile, no México, para o jornal *Em Tempo*.
Julho de 1978.

Rui Mauro Marini, sociólogo e economista brasileiro, encontra-se fora do país desde 1964, após passar por uma prisão política no Rio de Janeiro. Esteve exilado durante vários anos no México, depois foi para o Chile, onde lecionou em faculdades e desenvolveu inúmeras pesquisas, tendo publicado em 1972 um de seus trabalhos mais importantes: *Dialética da dependência: a economia exportadora*. Após a derrubada do governo Allende, Rui Mauro deslocou-se para o México, onde foi entrevistado agora por correspondente de *EM TEMPO*.

Em seu depoimento (exclusivo), ele analisa a realidade brasileira que sempre foi o objeto principal de seus estudos. Depois de recolocar o problema do imperialismo e do subimperialismo, detém-se na articulação das classes dominantes e do papel do movimento operário. Outro tema da entrevista: a questão da democracia e do socialismo hoje, a anistia, os partidos políticos, a tarefa da esquerda na atualidade.

EM TEMPO: Você foi quem primeiro apontou as tendências do subimperialismo da economia brasileira. A princípio, a tese foi muito criticada principalmente pelos setores mais atrasados da esquerda. Agora, passada uma década, como você interpreta o subimperialismo brasileiro?

Rui Mauro Marini: A maior parte dos elementos que apontei, naquela época, vem se desenvolvendo no que se pode chamar de subimperialismo brasileiro. Alguns de forma mais rápida, outros demorando um pouco mais. O subimperialismo brasileiro é o resultado do domínio do capital financeiro e monopolista na economia brasileira; é a hegemonia portanto da fração monopolítico-financeira. Desse ponto de vista, isso implicava uma política de superexploração crescente da classe operária, aliança com o capital estrangeiro, reforço do Estado. Todos esses elementos têm estado presentes no Brasil.

O subimperialismo implica também uma política de expansão. Tanto expansão comercial, do ponto de vista de exportação – principalmente exportação de manufatura – quanto também uma política de expansão propriamente política. É preciso ver o papel que o Brasil jogou no apoio aos movimentos contra-revolucionários em países latino-americanos, como Bolívia, Chile, Uruguai. Disso sabem melhor os bolivianos, os uruguaios e chilenos, que estão perfeitamente conscientes do papel do subimperialismo brasileiro na América Latina.

Mas também a política de expansão vai dirigida a outras áreas. E uma das prioridades do Brasil, hoje em dia, é a África. Sobre a base do comércio, da ajuda técnica e da penetração dos capitais brasileiros, fundamentalmente por meio da Petrobrás, do Banco do Brasil e também de grupos privados, o Brasil está tratando de realmente conquistar uma posição de influência nesse continente.

ET – E aí estaria o mercado para as indústrias que o novo modo de acumulação vai privilegiar?

RMM – Claro. Pode-se tomar como exemplo as exportações militares do Brasil, que já começaram há algum tempo. Têm se dirigido à América Latina (Chile, Bolívia, Uruguai, Paraguai), a países do Oriente Médio e a alguns países da África Negra. É evidente que isso nos está mostrando uma tendência. É a essas áreas que se pode expandir a indústria militar brasileira, que é uma indústria concebida desde o princípio para atender ao próprio aparelho militar nacional, mas também assegurar as exportações.

O caso mais típico é a criação da Helibrás, para fabricação de helicópteros, dos quais, segundo se disse, uma parte vai para o consumo civil, outra para o consumo bélico e outra para exportações. Para exportação está prevista, de partida, 25% da produção. A Fiat também aponta na mesma direção; é uma indústria de bens de consumo durável, mas que está vinculada – por negociações, que não se fizeram públicas, entre o departamento de material do Exército brasileiro e a direção da Fiat – à produção de material bélico.

ET – Que objetivo cumpriria o Pacto Amazônico nessa política...

RMM – O Pacto Amazônico é parte da política de expansão e consolidação da hegemonia brasileira na América Latina. Inicialmente, o ponto central da política brasileira de expansão se dirigiu, sobretudo, para a bacia do Prata, pelo peso que os países dessa área têm na economia brasileira, e pela importância que tem a rivalidade brasileiro-argentina. E em direção ao Pacífico, pelos problemas que se apresentaram na Bolívia e Chile com Torres e Allende. Mas, desde o começo da ditadura, trata-se de ir assentando as bases para uma plataforma de expansão na bacia amazônica, com a colonização levada a cabo na região, o aumento de forças militares, a construção de rodovias etc.

Neste momento, trata-se de projetar a presença brasileira na zona amazônica, com a mesma força com que se projetou com direção ao Sul e ao Pacífico, essa é a finalidade fundamental do

Pacto Amazônico. Este começa muito inocentemente com integração territorial, fluvial etc, mas abre caminho para que o Brasil possa se expandir do ponto de vista comercial, do ponto de vista econômico e do ponto de vista político-militar na zona Norte da América do Sul.

ET – Você vê alguma semelhança entre o processo de democratização de 1945 e o atual? Principalmente com relação às forças sociais que participaram naquele processo?

RMM – Não. Eu diria que as semelhanças que pode ter o processo atual com o de 1945 são somente formais.

Em primeiro lugar, a situação do imperialismo estadunidense em 1945 e 1978 é totalmente diferente. Em 1945, o imperialismo estadunidense era absolutamente hegemônico, no plano mundial, pela própria destruição das outras economias imperialistas pela guerra. Hoje em dia, é um imperialismo que está sendo desafiado por outros imperialismos, o que modifica a correlação de forças, não só no plano mundial, mas também dentro do país.

Por outro lado, as forças sociais que participam do processo são muito diferentes. Em 1945, a burguesia industrial mantinha um estreito compromisso com a burguesia agrário-mercantil, na qual essa segunda fração era ainda hegemônica. Com a burguesia industrial assumindo a hegemonia na década de 1960, as condições que tiveram lugar naquele período abriam caminho para alianças do tipo populista.

No curso dos anos de 1960, assistimos à emergência de uma grande burguesia, que entrou em contradição com a pequena e a média burguesia. Em certa medida, o governo de Jango foi um esforço da pequena e média burguesia para oferecer resistência ao projeto da grande burguesia industrial, já aliada à grande burguesia agrária. Essa aliança se consumou com a ditadura.

Como se observou, por exemplo, com a política para o café que Castelo Branco adotou. Quem reclamou dessa política? So-

mente os pequenos e médios cafeicultores. Não a grande burguesia do café. A política de Castelo foi uma política industrializante, mas que implicava a aliança com a burguesia agrária e que depois, durante todo o período da ditadura, propiciou a extensão do capitalismo ao campo e a fusão do grande capital urbano industrial, por meio do capital financeiro, com a burguesia agrária.

Hoje em dia, vemos que a luta interburguesa não nasce entre a burguesia urbana e agrária, mas da contradição entre dois setores da grande burguesia industrial. Isso modifica o quadro.

Mais importante do que isso é a situação da classe operária. Em 1945, tínhamos uma classe operária nova, jovem. Jovem no sentido de que era fruto de um processo de industrialização recente, dos anos de 1930 e de 1940. Fundamentalmente constituída por camponeses. Era uma classe sem tradição, havia poucos setores mais antigos que haviam desenvolvido uma tradição de classe.

O processo de desenvolvimento nos anos de 1960, e particularmente durante a ditadura, nos dá como resultado uma classe operária urbana, muito importante numericamente, altamente concentrada, que recruta uma boa parte de seus efetivos diretamente no meio urbano, inclusive na própria classe operária. A classe operária de hoje em dia é uma classe jovem em idade, mas já não é uma classe jovem historicamente. Por outro lado, em 1945, no campo brasileiro predominavam relações econômicas que se apoiavam no campesinato. Isso mudou. Hoje, o proletariado rural tem um peso maior.

Não há dúvida de que atualmente, no Brasil, a classe operária é a força social principal. Uma classe operária que cresceu e é muito mais concentrada. Que adquiriu tradição de luta. E isso é evidente e se pode ver claramente no movimento operário. Há uma reflexão sobre as experiências de 1968 e essas experiências estão vivas. Não é uma classe operária que chega virgem, mas uma classe operária que tem uma tradição de luta, que reflete sobre ela e aproveita sua experiência.

O que são os grupos de fábricas, que estão se desenvolvendo como base de oposições sindicais, senão a continuação do esforço feito pela classe operária imediatamente depois do golpe militar para se reorganizar pela base por meio das chamadas comissões de fábrica? A própria pequena burguesia está modificada, em seu interior, em que predomina a pequena burguesia assalariada. Trata-se de uma pequena burguesia muito mais próxima da classe operária, por seus problemas de salários e condições de vida, do que a pequena burguesia dos anos de 1940, que era uma pequena burguesia proprietária.

Portanto, a definição das classes sociais no Brasil é muito mais forte, mais importante do que era em 1945. Soluções como a do Getúlio, e até a do Jango, são hoje em dia inviáveis. O populismo está historicamente condenado, os neopopulistas também.

ET – E essa nova composição das classes sociais no Brasil vai gerar um quadro partidário distinto daquele formado em 1945, com a criação do PSD, PTB, UDN e legalização do Partido Comunista?

RMM – É evidente. A ambigüidade de classes que existia no Brasil de 1940 permitiu a formação de partidos tão mal definidos como eram PSD, PTB e UDN. No Brasil de hoje, a situação é muito diferente posto que as classes se definiram com mais forças e os partidos terão de assumir de forma muito visível a representação dessas classes. Isso não quer dizer que imediatamente vamos ter um partido operário, um partido burguês etc. Vamos ter partidos de caráter policlassista, nos quais, isto assim, a hegemonia vai estar muito mais claramente definida.

É evidente que a burguesia vai fazer todo o esforço necessário para enquadrar a classe operária em partidos de definição burguesa e que vai tratar de utilizar a pequena burguesia como instrumento desse enquadramento da classe operária. Esse esforço vai haver, mas com pouca possibilidade de êxito. Além disso, há mui-

to mais condição para se desenvolver um partido proletário no Brasil, pelo próprio desenvolvimento da classe operária. E um partido proletário tem muito mais condição de chegar ao campo e se vincular aos camponeses uma vez que o elo de ligação entre o proletariado urbano e o campesinato está dado pelo desenvolvimento do proletariado rural.

Ainda do ponto de vista das forças políticas, o que vemos é que a esquerda de 1945 era uma esquerda que surgia, como agora, da clandestinidade, golpeada, mas que estava expressa exclusivamente pelo Partido Comunista. Não havia outra esquerda no Brasil. A situação atual é diferente. A experiência dos anos de 1960 tem seus aspectos positivos, à medida que permitiu uma maior divulgação das idéias marxistas, das idéias revolucionárias.

Deu lugar, por outro lado, à formação de toda uma camada de quadros, quadros militantes, quadros intelectuais, inclusive, que estão hoje em dia em condições de enfrentar com muito mais facilidades o problema da organização do partido revolucionário dos trabalhadores do Brasil. Situação que nós não tínhamos em 1945.

Em 1945 a única alternativa era o PC, com a sua tradição reformista, com sua visão de revolução democrático-burguesa, antiimperialista e antifeudal. Hoje, essa concepção está superada. A própria atualidade do tema socialdemocracia – o que está representando? Que o problema do socialismo é um problema atual no Brasil. E se trata precisamente de disfarçar, de mutilar, de torcer, encaminhando a solução do problema para questões que de fato não são soluções para a classe operária. Como esses socialismos pluralistas, democráticos, que buscam a aliança com a burguesia etc.

Exatamente porque o problema do socialismo está colocado, foi colocado pela gerações revolucionárias da década de 1960, é precisamente por isso, que a burguesia tem de recorrer a tipos de subterfúgios. Já não se pode falar em aliança com a burguesia nacional, que é mais difícil de engabelar, então falamos de burguesia de Estado, que é mais difícil de entender.

ANISTIA JÁ!

ET – Como é que você vê a luta pela anistia e em que marcos você acha válida a luta pela anistia?

RMM – Acho que a luta pela anistia no Brasil é um elemento fundamental. E a maneira como está sendo resolvida, neste momento, pelas forças políticas do movimento popular, é muito correta. Vamos ter de passar por um período de luta democrática, que significa tratar de conquistar espaço para que a classe operária e seus aliados tenham condições de levantar plenamente seu projeto político. Nenhuma classe amadurece fora da luta. Nenhuma classe nasce formada ideologicamente, politicamente, teoricamente.

A classe operária brasileira, para se converter realmente numa força revolucionária, vai ter de passar por uma série de lutas parciais, lutas democráticas, e delas, neste momento, a mais importante é a luta pela anistia. Uma anistia ampla e irrestrita, evidentemente. Isso permitirá reincorporar à classe operária brasileira, os quadros revolucionários; permitirá que se concretize o processo de fusão desses quadros revolucionários com o movimento operário.

A anistia é o eixo da luta democrática. Mas ela precisa ser vista como passo, como uma etapa da organização de um movimento político revolucionário da classe operária.

ET – Você acha que é possível conseguir a anistia ampla e irrestrita sem acabar com o regime?

RMM – Acho. Mas isso não se vai conseguir num primeiro momento. É provável que a ditadura tente dar anistias parciais. Entretanto, é a força do movimento popular que tem de arrancar a anistia ampla e irrestrita. Jamais a anistia ampla será dada pela ditadura de bom grado. Já se viu o exemplo da Bolívia.

Lá, a ditadura tentou condicionar a anistia, mas o movimento operário, levantado no país inteiro, arrancou a anistia total. E arrancou a liberdade sindical. Isso ainda não significou o fim da

ditadura boliviana. Mas é evidente que o desenvolvimento desse processo aponta para o fim da ditadura. Nenhuma ditadura pode se manter nessas condições: sobre a base de uma liberdade política ampla, conquistada pelo movimento popular e uma liberdade sindical ampla.

ET – E que perspectiva você vê para a classe operária no atual contexto?

RMM – Isso passa necessariamente pela organização da classe operária em partido. O grande problema na minha opinião, da esquerda brasileira, hoje em dia, é que o processo de reorganização da classe operária se deu independentemente da esquerda; não se deu contra ela, mas independente dela. Porque se deu exatamente no período em que a esquerda estava sendo violentamente golpeada, exilada, assassinada, presa, e sem condições portanto de enfrentar o problema da reorganização da classe operária.

Apesar disso, esta tratou de reorganizar suas próprias forças, por essa tendência incontida de uma classe que se desenvolve, que se torna numerosa, que avança e ganha consciência do processo de exploração, e que busca formas de enfrentar esse processo de exploração. Mas isso cria hoje a ameaça de manter uma certa separação, que foi funesta no passado, entre os setores revolucionários, que vêm de outras classes, particularmente da pequena burguesia, e o movimento operário.

Essa separação poderia frustrar o desenvolvimento da esquerda no Brasil, da esquerda revolucionária brasileira, se ela não tomar clara consciência do problema, e poderá levar o movimento operário a todo tipo de desvios.

É evidente que o simples movimento sindical não põe em xeque o sistema capitalista. É absolutamente indispensável que o movimento operário marche no sentido de uma integração na luta política. E marche não no sentido de se subordinar, de se integrar a outras frações políticas, mantendo somente independência de

suas reivindicações sindicais, mas que marchem no sentido de levantar um projeto político próprio.

Agora, bem, não há projeto político próprio para classe operária que não seja socialista. Que isso fique claro. E um projeto socialista não pode passar por deturpações do tipo socialdemocrata. Não é por aí que vai o caminho. Isso apenas subordinaria a classe operária a outras frações burguesas. A socialdemocracia, hoje, na Europa e em especial na Alemanha, é a hegemonia da burguesia sobre o movimento operário.

Isso é que no Brasil nós temos de combater. É a tarefa fundamental da esquerda revolucionária neste momento. Encontrar maneiras de recuperar o terreno que ela perdeu, nessa fase de reorganização do movimento operário. E encontrar a forma de reforçar o processo de reorganização e tomada de consciência do movimento operário, ao mesmo tempo em que deve lutar para que a alternativa socialista esteja presente em todo este processo de reorganização, de lutas parciais, que o movimento operário vai ter que realizar no campo democrático. Que a alternativa socialista esteja sempre presente, como um objetivo concreto a alcançar.

Jornal *EM TEMPO*, São Paulo, nº 18, de 3 a 9 de julho de 1978, p. 10.